

## Entrevista

*Francisco Bethencourt\**

Francisco Bethencourt é historiador bem conhecido do público brasileiro. A publicação, no Brasil, de seu livro *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX*, a circulação de seus artigos e da importante coletânea que organizou com Kirti Chaudhuri — *História da Expansão Portuguesa* —, além da sua presença frequente em universidades brasileiras, propiciaram-lhe uma grande visibilidade. As conseqüências dessa recepção positiva fez-se sentir pelo número significativo de orientações de doutorandos que acolheu em Portugal, beneficiários de bolsas de pesquisa para teses de doutorado inscritas em universidades brasileiras. Com efeito, tanto a recepção de seu trabalho quanto a co-orientação de doutorandos são sinalizadores importantes do sentido das trocas entre as historiografias brasileira e portuguesa. Foi sobre esta questão, e outras mais específicas à construção do saber histórico, que Francisco Bethencourt falou à revista *Topoi*.

*Como você definiria a sua trajetória intelectual frente aos rumos da historiografia portuguesa? O que trouxe como contribuição o trabalho que desenvolveu em diferentes instituições em Portugal, nos Estados Unidos e na França?*

A historiografia portuguesa, como todas as outras, está enformada por uma ideologia nacionalista que reflecte a sua utilização como quadro de referências no processo de construção do Estado contemporâneo. Durante a minha licenciatura tive que proceder a duas rupturas: a primeira, com uma identificação ingênua com os portugueses do passado, a segunda, com uma história “umbilical”. No primeiro caso, verifiquei o meu desconforto face a frases correntes, que lia nos livros e ouvia nas aulas, sobre “as nossas gran-

---

\* Entrevista realizada em janeiro de 2003, no Centro Cultural Calouste Gulbenkian de Paris.

des descobertas”, “os nossos heróis do passado”, “a grande gesta do nossa expansão”. Adoro o meu país e sou um patriota empenhado em mudanças políticas que beneficiem as camadas sociais mais desfavorecidas, mas como historiador sempre procurei manter uma distância epistemológica face ao objeto do meu estudo (que tanto pode ser Portugal como outro país, o espaço atlântico ou espaços intercontinentais, depende do problema em análise). O meu empenhamento, enquanto estudante, na luta contra o fascismo e contra a guerra colonial, tornou-me reativo à ideologia nacionalista que permeia boa parte da historiografia portuguesa. Como me identificar com os “heróis” do passado se não me identificava com os “heróis” do presente consagrados pelo Estado Novo numa guerra injusta? E a própria noção de “herói”, não é sempre construída pelas necessidades do poder e pela dinâmica social que ultrapassa a escala do indivíduo? Este espírito crítico determinou o meu futuro enquanto historiador. Quando estudo o império português, por exemplo, falo sempre dos “portugueses no século XVI” ou da “expansão portuguesa”, de forma destacada, não emotiva. O meu objetivo é compreender as grandes linhas de força de certas conjunturas ou de longos períodos históricos, afastado de mim qualquer sentimento de ufanismo, de recriminação ou de lástima. A minha prática política alertou-me para a diversidade de opiniões em todas as épocas históricas, para as dinâmicas de conflito, para o papel condicionador das grandes instituições disciplinares, para o problema da cultura das organizações que medeiam a relação entre o indivíduo e a sociedade. No fundo, as minhas principais preocupações enquanto historiador foram definidas entre os vinte e os trinta anos. A segunda ruptura de que falava, com a “história umbilical”, resultou do contacto, desde cedo, com a obra (e com a personalidade) de Magalhães Godinho. A idéia de que “a nossa história” só pode ser feita por portugueses (ideia ainda hoje repetida por alguns dos expoentes da historiografia lusitana) sempre me pareceu uma boçalidade paroquial. Por exemplo, a história do Brasil colonial seria incompreensível sem os trabalhos de Charles Boxer, Frédéric Mauro, Dauril Alden, Kenneth Maxwell, Stuart Schwartz ou Russell-Wood — não falo aqui da importância fundamental dos historiadores brasileiros, pois a ideologia nacionalista joga a favor de uma visão cumulativa do passado que envolve o período colonial. Da mesma maneira, a história de Portugal não pode ser compreen-

dida num quadro de auto-referências, sem ter em conta o que se passava na Península Ibérica ou na Europa, tal como a expansão portuguesa no mundo não pode ser estudada na ignorância das sociedades locais e dos projetos europeus com os quais os portugueses se confrontaram. Esta dimensão tornou-se evidente no contato com Magalhães Godinho, cuja obra situou a expansão portuguesa no contexto da história mundial e obrigou a uma permanente disciplina de estudo comparativo.

Estes ensinamentos, infelizmente, não foram integrados nos *curricula* universitários e na experiência quotidiana de investigação de boa parte dos historiadores portugueses. Não existem cadeiras de civilização chinesa, japonesa ou indiana nas universidades portuguesas, perdeu-se o estudo das línguas africanas existente no antigo Instituto de Estudos Superiores Ultramarinos, onde eram formados os quadros da administração colonial. A tradição das línguas orientais, que teve o seu momento forte em Portugal entre os anos de 1890 e 1930 com a geração de David Lopes, mantém-se apenas com Dias Farinha e Luís Filipe Thomaz (já reformado). Os cursos de História são oferecidos de forma relativamente idêntica em todas as universidades, numa relação de uma hora de história de Portugal por três horas de história da Europa, o resto do mundo representa alguns minutos na distribuição de tempo. Ainda por cima os professores que leccionam história da Europa, em geral, não publicam uma linha sobre outros países, continuam a investigar sobre Portugal. A pesquisa é feita na maior parte dos casos em circuito fechado — os portugueses no Japão, os portugueses em Timor —, os estudos são construídos a partir do contexto português, a leitura de livros estrangeiros serve para construir o “cenário” onde se passa a acção, imaginada de forma compartimentada. Os paradigmas levam tempo a mudar, as lições da interdisciplinaridade, da história global ou da história comparada levam tempo a fazer o seu caminho. Daí ter desafiado, em 1986, o Diogo Ramada Curto para organizar comigo uma colecção de livros na área das ciências sociais. Tivemos a sorte de encontrar uma excelente editora interessada no projecto, a Difel. Publicamos pela primeira vez em Portugal Chartier, Ginzburg, Revel, Burke, Blumenberg, Shils, Bourdieu, Elias, Luhmann, Geertz, revelamos parte da nova geração de historiadores portugueses — Rita Costa Gomes, Jorge Pedreira, Pedro Tavares de Almeida, Jorge Crespo, José Luís Cardoso —, estimulamos o

aparecimento de novos estudos de crítica de arte (Alexandre Melo), desenvolvemos coletâneas de textos fundamentais (como os estudos de história da expansão de Vitorino Magalhães Godinho, os estudos de história de arte de Sylvie Deswartes, os estudos literários em homenagem a Luciana Stegagno Picchio, os estudos antropológicos de Pina Cabral), propusemos a realização de novos livros a autores consagrados, como António Oliveira, publicamos obras de autores com os quais tínhamos divergências mas achamos que deviam ser discutidos, como Luís Filipe Thomaz e Sanjay Subrahmanyam. Esta coleção, a par de outras iniciativas editoriais, ajudou a alterar o quadro de referências e a modernizar os métodos de trabalho. Mas foi a vaga de doutoramentos no estrangeiro, a seguir ao 25 de Abril, sobretudo na área das ciências, que teve um papel decisivo na aproximação das universidades portuguesas face aos padrões internacionais.

A minha decisão de fazer o doutoramento no Instituto Universitário Europeu decorreu de uma necessidade intelectual: estavam esgotadas as possibilidades de aprendizagem local. Conhecia razoavelmente Paris, onde tinha conseguido bolsas de um a dois meses por ano para seguir os seminários no Collège de France (Jean Delumeau) e na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Roger Chartier). De acordo com a prática estabelecida na Universidade Nova de Lisboa, onde leccionava num excelente ambiente de intercâmbio com colegas e amigos, só depois de fazermos a tese de mestrado é que podíamos pedir três anos de dispensa de serviço para a tese de doutoramento. Em Paris, os meus deslocamentos permitiram enriquecer a tese de mestrado defendida em Lisboa, em 1986, sobre a magia em Portugal no século XVI. Mas tinha vislumbrado novos horizontes, estava interessado noutras historiografias, sobretudo a americana, mas também a inglesa e a italiana. Acabei por optar por Florença por questões práticas (e estéticas): os seminários estavam organizados em torno do convite a uma série de professores estrangeiros que me permitiam ter acesso a várias historiografias; existia um forte apoio à pesquisa no exterior, com quatro missões de estudo, subsidiadas, por ano; existiam razoáveis bibliotecas, num ambiente artístico e humanístico único na Europa. Foi esse quadro que tornou possível a realização da minha história comparada da Inquisição em Espanha, Portugal e Itália (e o ultramar ibérico). Pude fazer várias missões de pesquisa nos arquivos de Veneza, Udine, Modena, Bolonha,

alarguei a minha investigação na Biblioteca Vaticana, utilizei as maiores bibliotecas e arquivos de Florença, fiz longas temporadas em Madrid e em Lisboa, trabalhei na British Library durante vários meses à procura dos panfletos protestantes contra a Inquisição. Foi graças ao Instituto Universitário Europeu de Florença que mudei a minha maneira de trabalhar de forma radical, os problemas que eu formulo e que me interessa explorar, a partir daí, são de carácter comparativo. Tive a sorte de trabalhar no quadro de outras instituições que reforçaram esta perspectiva, como a Ecole Française de Rome, a Casa de Velazquez, o Warburg Institute.

O meu percurso intelectual reflete um primeiro momento de ruptura com o meu passado marxista, ainda estudante na Faculdade de Letras de Lisboa, no final dos anos de 1970, sem que daí me tenha ficado qualquer constrangimento, pois continuo a considerar Marx como um dos grandes pensadores da história da sociologia, consulto frequentemente os seus livros e utilizo no meu trabalho obras de marxistas. Foi na sequência dessa ruptura que descobri Durkheim, Mauss, Weber, Sombart, Schumpeter, Lévi-Strauss, Braudel, Wallerstein. Ainda hoje uma boa parte da minha maneira de pensar tem a ver com os ensinamentos de Max Weber, mas aprendi que não existem “gazuas” destinadas a abrir todas as portas, para cada problema devemos construir o quadro analítico adequado. Foi nesse período que fiz as grandes leituras de Marc Bloch e Lucien Febvre, ainda hoje base essencial de aprendizagem do ofício de historiador. Convivi nessa altura com António Hespanha, apreciei o seu esforço de modernização da história do direito, apercebi-me dos limites de uma história dos poderes baseada na casuística e na tratadística jurídica. Na minha passagem pelo Instituto Gulbenkian de Ciência em 1981-1982, onde trabalhei com Robert Rowland (que voltei a encontrar em Florença), beneficiei da boa influência da antropologia anglo-saxónica — Evans-Pritchard, Anderson, Sahlins -, bem como da historiografia inglesa — Peter Laslett, Keith Thomas, Alan MacFarlane, Richard Smith. Na Universidade Nova de Lisboa fiquei a par dos grandes autores da sociologia (Simmel, Parsons, Shils, Giddens, Bourdieu, Alexandre, Coleman), entrei em contato com a nova historiografia francesa e americana. Em França, nos anos 80, passei a frequentar os textos de alguns autores fundamentais, como Wittgenstein, Dumézil, Granet, Cassirer, Elias, Goffman. Foi através de Cassirer que

retomei a leitura dos clássicos, nomeadamente Kant e Hegel, base de qualquer categorização em História. Em Itália beneficiei das jornadas de estudo do Laboratorio di Storia, dirigido por Sergio Bertelli, onde se discutia a relação entre História e Antropologia, sobretudo a partir das leituras de Clifford Geertz, Victor Turner e Edward T. Hall. O intercâmbio com diversos historiadores italianos, como Adriano Prosperi, Carlo Ginzburg, Massimo Firpo, Elena Fasano-Guarini, Ottavia Niccoli, Andrea Zorzi, Paola Ventrone, Daniela Lombardi e Marcello Fantoni teve bastante impacto no meu trabalho. O meu conhecimento da nova historiografia brasileira foi alargado em 1993, já depois de ter regressado a Lisboa, quando estive como professor visitante da universidade de São Paulo. Em 1995 ensinei durante um semestre na Universidade de Brown, experiência que se repetiu em 1998. Foi sem dúvida a experiência de ensino mais interessante que tive na vida, dado o extraordinário ritmo de trabalho, tanto ao nível dos estudantes como dos colegas, bem como o contexto de relações com as universidades de Yale e de Harvard, onde participei em diversos seminários. Beneficiei de leituras extensivas nas grandes bibliotecas universitárias de livre acesso aos depósitos (uma vantagem extraordinária no processo de aquisição de conhecimentos, na Europa só existe uma biblioteca semelhante em Cambridge) e na John Carter Brown Library, um modelo de biblioteca de investigação. Foi nessa altura que aprofundi o meu trabalho sobre a expansão europeia e alarguei o conhecimento da historiografia americana, tendo beneficiado do contacto direto, no âmbito de conferências e seminários, com Natalie Davis, Jack Greene, Philip Curtin, Gordon Wood, Geoffrey Parker ou Richard Kagan. Desenvolvi nesse quadro a componente comparativa do meu trabalho e fiz boa parte das leituras necessárias à publicação dos meus capítulos para a *História da Expansão Portuguesa* que coordenei com Kirti Chaudhuri. Este empreendimento, que envolveu vinte e sete colaboradores, constituiu um excelente desafio intelectual, pois tive que lidar com seis séculos e áreas do saber completamente distintas, discutir com todos os colaboradores, ler todos os capítulos para evitar repetições ou lacunas, sem falar nos treze capítulos que escrevi para quatro dos cinco volumes.

Dirigi a Biblioteca Nacional de Portugal entre abril de 1996 e maio de 1998. Foi um período excepcional pois havia algum dinheiro que nos

permitiu informatizar todo o sistema (cablagem do edifício, rede interna, acesso dos leitores à internet e às melhores bases de dados bibliográficas do mundo), fazer obras em diversos serviços (como na sala do catálogo), renovar o mobiliário, adquirir equipamento (leitores de microformas e câmaras para a digitalização dos fundos), investir em conservação e restauro (encadernação massiva), publicar novos catálogos, lançar uma nova revista (*Leituras*), criar um programa de vinte bolsas para investigadores estrangeiros, organizar seminários e colóquios. Tratou-se de uma experiência de gestão cultural ligada ao meu trabalho de investigador: o objetivo era modernizar a biblioteca, abri-la aos leitores, colocá-la no mapa cultural de Lisboa. Foi uma aposta ganha que me permitiu refletir sobre o sentido da investigação e a importância de fazer história para compreender melhor o presente e preparar o futuro. Em janeiro de 1999 fui nomeado diretor do Centro Cultural Calouste Gulbenkian de Paris, o maior centro cultural português no estrangeiro, com uma excelente biblioteca, mais de 200 títulos publicados, uma revista prestigiada e uma actividade regular de concertos de música erudita, exposições, debates, conferências e colóquios. Tenho vindo a estabelecer parcerias com uma série de instituições para as nossas iniciativas — Museu Chácara do Céu do Rio de Janeiro, Universidades de Paris (III, IV, VIII, X), Maison des Sciences de l’Homme, Ecole Pratique des Hautes Etudes, Maison de l’Écrivain, Instituto de Investigação Científica Tropical de Lisboa, Instituto Universitário Europeu de Florença. O objetivo é alargar as actividades do Centro ao mundo de língua portuguesa (daí o seminário quinzenal sobre “Cultures luso-afro-brésiliennes”) e tocar um público mais vasto, interessado em problemas interdisciplinares (dou como exemplo os colóquios sobre “L’Europe des Nations”, “Arts Premiers”, “L’empire portugais face aux autres empires”, “Décolonisation et sociétés post-coloniales”, “La diaspora des chrétiens nouveaux d’origine portugaise”). Beneficiei, naturalmente, da troca de idéias com colegas (e amigos) como Roger Chartier, Daniel Roche, Maurice Aymard, Denis Crouzet, Serge Gruzinski, Kátia Queirós Mattoso, Luiz Felipe de Alencastro. A experiência que levo daqui tenderá a reforçar, naturalmente, o meu pendor interdisciplinar e a preocupação de trabalhar problemas históricos que tenham uma relação visível com a atualidade.

*Como podem ser vistas, no seu entender, as relações entre a historiografia portuguesa e a brasileira hoje, no que diz respeito ao intercâmbio de produção, dos contactos entre pesquisadores e de relação com os estudantes? Por exemplo, como se dá a recepção dos seus livros no Brasil?*

A relação entre a historiografia portuguesa e a historiografia brasileira nunca foi tão estreita. A independência brasileira trouxe consigo, como é natural, a necessidade de criar uma nova memória colectiva e um novo quadro historiográfico, processos desenvolvidos pelos institutos geográficos e históricos. Em todo o caso, a historiografia liberal brasileira manteve de forma surpreendente uma relação estreita com a historiografia liberal portuguesa, graças à acção de Francisco Adolfo de Varnhagen. O autor da primeira *História do Brasil* elaborada com critérios científicos, ainda hoje útil, trabalhou intensamente nos arquivos portugueses, manteve colaboração regular com a revista *Panorama*, estabeleceu uma relação de amizade e troca intelectual com Alexandre Herculano, interveio no debate português, pois ajudou a fixar o cancionero medieval e inventou a expressão “estilo manuelino”. Só cerca de cinqüenta anos mais tarde, nos anos de 1920, temos uma nova geração de historiadores brasileiros, organizados em torno de Capistrano de Abreu, que rompe, de forma salutar, com a historiografia portuguesa para tentar encontrar as raízes populares da história do Brasil e dar voz à diversidade étnica do país, estabelecendo a relação necessária com a etnografia. É curioso o contorno ideológico desta conjuntura, pois do lado português temos a emergência de um historiador importante, João Lúcio de Azevedo, que vive uma temporada no Brasil, publica textos fundamentais sobre a história do Grão Pará e dos jesuitas, analisa e edita parte da obra do Padre António Vieira. Veiga Simões, consul na Amazónia nos anos de 1910, publica um texto fundamental sobre a exploração da borracha e prossegue na Europa o seu trabalho de historiador, fundamental para compreender o início da expansão portuguesa. No âmbito da comemoração do centenário da independência do Brasil, edita-se em Lisboa a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, uma publicação de documentos e textos analíticos em três volumes respeitantes à primeira fase da colonização, cujos contornos ideológicos são evidentes, sem retirar mérito à quali-

dade da publicação. Logo a seguir temos o exílio de Jaime Cortesão no Brasil, exílio prolongado desde os anos de 1930 a 1950, que se saldou por um enorme número de publicações (sobre os descobrimentos portugueses, os bandeirantes, Raposo Tavares, Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, a cartografia do Brasil), atividade editorial e recolha de mapas. Nos anos de 1960 passaram pelo Brasil outros exilados da ditadura portuguesa, como Vitorino Magalhães Godinho e Joaquim Barradas de Carvalho, que deixaram marcas na universidade de São Paulo. O resultado desta interação, embora muito pontual e ligada a personalidades de alta craveira, foi visível nos anos de 1950 e 1960. Entretanto, do lado brasileiro, desenvolvia-se uma reflexão criativa sobre o país que passava por outras referências. Curiosamente foi nos anos de 1930 que se publicaram três das obras maiores de reflexão sobre o Brasil, *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, *Evolução Política do Brasil* de Caio Prado Júnior e *As ratzes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda (deixo de lado a obra posterior de Antônio Cândido sobre a formação da literatura brasileira). No caso de Freyre temos uma obra que valoriza, pela primeira vez de forma teórica, a mestiçagem, baseada no quadro de referências da antropologia americana, sobretudo na obra de Franz Boas. No caso de Prado dispomos de uma obra marxista que vem introduzir uma lufada de ar fresco no debate histórico, com influência na obra futura de Fernando Novais. No caso de Holanda temos uma obra surpreendente de visão e erudição, baseada na recepção precoce da sociologia alemã (Weber, Mannheim, Simmel) e da escola de Chicago (Parker, Znaniecki, trinta anos antes destes autores serem reconhecidos na Europa). Mesmo com divergências claras entre o sentido das obras e o percurso dos autores (não podemos esquecer como Gilberto Freyre deixou submeter a sua teoria do lusotropicalismo aos interesses coloniais de Salazar), a separação entre as duas historiografias introduzida a partir destas obras é evidente, pois a historiografia brasileira passou a dedicar-se aos problemas do Brasil contemporâneo, da sociedade escravista e das relações com os índios, temas sobre os quais a historiografia portuguesa pouco produzirá até aos anos de 1990. É o novo contexto de renovação da produção historiográfica portuguesa e brasileira proporcionada pelo regresso à democracia em ambos os países que irá criar condições para um novo fluxo de relações entre os dois lados do Atlântico. Nos anos de 1980 e, sobretu-

do, 1990, dezenas de estudantes brasileiros passaram a trabalhar nos arquivos portugueses sobre história colonial, estabelecendo um diálogo produtivo com a nova geração de historiadores portugueses. No Brasil, a geração de Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas e Mary del Priore explorou os arquivos portugueses na perspectiva da história das mentalidades, enquanto Caio Boschi desenvolveu os seus conhecimentos de história religiosa (recolhendo elementos essenciais para o projeto Resgate) e Luiz Felipe de Alencastro reescreveu a sua tese de doutoramento sobre a história do tráfico de escravos entre a África e o Brasil. As relações entre a nova historiografia dos dois países estabeleceu-se entre várias universidades, com pesquisadores portugueses a trabalharem sobre o Brasil, como Jorge Couto ou Ângela Domingues, enquanto investigadores brasileiros passaram a dominar os arquivos portugueses, como Adriana Romeiro, Ronald Raminelli, Luciano Figueiredo, Fernanda Bicalho, Iara Lis. Pela minha parte, dirigi a investigação nos arquivos e bibliotecas de Lisboa de dez teses de doutoramento brasileiras. Convidei vários professores visitantes para a minha universidade, como Laura de Mello e Souza e Luiz Felipe de Alencastro. Pelo programa de bolsas que criei na Biblioteca Nacional passaram já dezenas de investigadores brasileiros. O encontro entre historiadores dos dois países em São Paulo no ano 2000, organizado por Jobson Arruda e Adão da Fonseca, se não foi produtivo, consagrou o trabalho que tinha vindo a ser realizado ao longo de dez anos, com convites cruzados, troca de projetos e circulação de ideias. E é necessário agora ultrapassar o circuito luso-brasileiro para alargar a troca de idéias aos historiadores de excelente nível que se formaram noutros países.

A minha experiência de ensino na Universidade de São Paulo em setembro/outubro de 1993 foi fundamental, trabalhei com um grupo de alunos interessados e estudiosos, que me ajudaram a refletir sobre o assunto da minha futura tese de agregação, defendida em 1995, sobre a identidade portuguesa (ainda inédita). Desenvolvi relações estimulantes de viva troca intelectual com Laura de Mello e Souza, Fernando Novais, Carlos Guilherme Mota, Luiz Felipe de Alencastro, Ronaldo Vainfas — com alguns deles mantive até hoje relações de amizade. Vejo com frequência antigos alunos que trabalharam comigo em São Paulo ou em Lisboa, são colegas e amigos com quem partilho reflexões de pesquisa. Tive que estu-

dar a fundo a historiografia brasileira, para compreender os eixos de debate, específicos a qualquer historiografia e para me poder posicionar face aos principais problemas. Essa é uma dimensão constante do meu trabalho. A recepção no Brasil do meu livro sobre a Inquisição excedeu as minhas expectativas, tanto quanto sei foram vendidos cerca de 20.000 exemplares, a Companhia das Letras fez um excelente lançamento, profissional, o texto foi revisto de forma competente, é sem dúvida a melhor edição. A mesma editora está empenhada na publicação de uma nova edição do meu livro *O imaginário da magia*. O mercado brasileiro faz inveja a qualquer editor europeu, na França o meu livro vendeu cerca de 3.000 exemplares, em Portugal 65.000 (nas condições especiais do Círculo de Leitores), de Espanha nunca consegui qualquer número de vendas. Penso que existe uma forte apetência brasileira pelo assunto, num mercado francamente culto, com uma dimensão de leitores que raros países europeus atingem. O sucesso deste livro é também o resultado do intercâmbio entre as duas historiografias, das visitas recíprocas e de uma nova curiosidade pelo que se faz no outro país. A *História da Expansão Portuguesa* está ainda à espera de editor, é verdade que só temos um brasileiro entre vinte e sete colaboradores, Caio Boschi, mas ele fez os capítulos decisivos do segundo e terceiro volumes sobre a história religiosa do império. O problema é que os capítulos tinham uma lógica temática transversal às várias regiões do império, os colegas brasileiros na altura contactados recuaram face à dimensão do projecto, penso que hoje já teria mais pesquisadores disponíveis para aceitar o desafio. A verdade é que o clima editorial mudou, existem novas experiências, como o livro sobre a administração do império que Fernanda Bicalho, Fátima Gouveia e João Fragoso realizaram com a equipe portuguesa de António Hespanha.

*Em relação às discussões mais atuais, no campo da história, quais seriam, no seu entender, os seus momentos fortes, particularmente no que diz respeito à micro-história e à perspectiva global. Nesse sentido, como você retraçaria o debate que travou com S. Subrahmanyam em torno do milenarismo?*<sup>21</sup>

Subrahmanyam publicou um primeiro livro interessante, *Improvising Empire*, sobre as comunidades portuguesas exteriores aos territórios con-

trolados pelo Estado da Índia, sobretudo no Golfo de Bengala. Não se tratava de assunto inédito, já tinha sido identificado por Magalhães Godinho. Embora o autor não o tenha esgotado, trouxe conhecimentos valiosos. O livro sobre o império português do Oriente, entre 1500 e 1700, embora tenha análises inteligentes da estrutura econômica do Estado da Índia e do contexto em que ela se insere, sofre de três problemas: a) o desconhecimento da história de Portugal (os capítulos dedicados ao assunto são um desastre); b) o desconhecimento das restantes partes do império (não existe qualquer conexão com o espaço atlântico); c) o escasso estudo das formas de interação entre portugueses e comunidades locais. Para um historiador com um bom conhecimento da Índia, adversário do eurocentrismo, não deixa de ser surpreendente. A biografia de Vasco da Gama é um livro falhado, não pelos pressupostos de análise, mas de novo pela falta de conhecimento da história de Portugal. Só é possível reconstituir a época de Gama com um conhecimento sólido da sociedade portuguesa (concretamente, não é possível falar de um membro de uma ordem militar sem se saber o que é uma comenda). Da mesma maneira, não é possível reconstituir a lenda do Gama, forjada ao longo dos séculos e atualizada no século XIX, sem se dominar os conflitos de representação, os movimentos sociais e os processos de afirmação da identidade nacional no Oitocentos. Em resumo, nada justificava a arrogância do autor, que começou sistematicamente a taxar de materialistas e marxistas (como se fosse um insulto!) Magalhães Godinho e uma boa parte dos historiadores da expansão européia (não só portugueses). Interesse-me pouco pela espuma ideológica deste tipo de posições, só decidi intervir no debate quando o autor atribuiu ao milenarismo a especificidade da expansão portuguesa (numa obra coletiva dirigida por Maurice Aymard e Hélène Arweiler sobre *Les Européens*) e quando o vi ampliar este disparate num artigo dos *Annales HSS*, 56-1, 2001, onde defendia o milenarismo como ideologia da expansão euro-asiática. Não se tratava só de colocar um travão ao chorrilho de disparates que prejudicam a obra de uma pessoa inteligente, tratava-se de denunciar a reciclagem de velhas teses reacionárias sobre a predominante origem religiosa da expansão em versão “New Age”. O milenarismo, se teve alguma dimensão com os franciscanos na expansão castelhana, nunca assumiu uma expressão significativa no caso português. E muito menos como ideologia de Estado, se

existiu movimento popular milenarista, como no caso do Brasil, estudado por Ronaldo Vainfas, foi sempre marginal, contra os poderes existentes. Este o nó do debate. Mas há mais. A dissolução das diferenças entre os principais impérios europeus na Ásia, defendida por Sanjay Subrahmanyam e Luís Filipe Thomaz (este último contradizendo posições nacionalistas anteriores) num volume organizado por James Tracy, *The Political Economy of Merchant Empires. State Power and World Trade, 1350-1750*, pode fazer sentido num quadro ideológico simplista antiimperialista (eram todos iguais), mas não explica as diferentes dinâmicas de expansão, as diferentes formas que assumiu essa expansão e, sobretudo, as diferentes interações e conseqüências das expansões européias nas sociedades locais. A promoção recente, por Luís Filipe Thomaz, da visão de um Estado imperial fraco, acolhida por Ronaldo Vainfas no *Dicionário de História do Brasil Colonial* e desenvolvida por António Hespanha, não pode ser aceite como moeda corrente para todas as épocas e para todos os espaços do império. Mesmo para o Oriente (de onde Luís Filipe Thomaz raramente saiu, limitando a sua pesquisa, na maior parte dos casos, aos reinados de D. Manuel e D. João III) a sua visão é mais que discutível, dada a importância das estruturas locais, como as câmaras municipais, as misericórdias, os capitães de fortaleza, os capitães de armadas, a participação da Igreja na gestão do império, visto o padroado régio, a constante intervenção do governador nas periferias do Estado da Índia, inclusive na gestão das comunidades portuguesas autônomas do Golfo de Bengala, o controle das nomeações dos principais cargos assumido pela Coroa ao longo dos séculos, o peso determinante da política régia nas conjunturas de viragem. No espaço atlântico encontramos todos estes poderes de forma reforçada pela densidade populacional existente no Brasil, com uma presença acrescida do poder central, dada a distância reduzida da metrópole. Penso que esta visão de um Estado imperial fraco decorre, no caso de António Hespanha, da ruptura pretendida com a historiografia do direito do Estado Novo, que projetou no passado uma visão de Estado centralizado anacrónica. Se a intenção deste autor é boa, o resultado conduz a um novo tipo de anacronismo, pois é necessário romper com uma visão hierárquica do Estado contemporâneo (com divisão de funções e níveis claros de comando administrativo, judicial e político) para aceder a uma compreensão do sistema de poderes no

Antigo Regime baseado numa relação lábil entre presença tutelar dos organismos centrais da Coroa e uma miríade de poderes horizontais ou intermédios com jurisdições por vezes sobrepostas. Face a uma explosão de estudos sobre Portugal, o Brasil, a África e a Ásia, que transformaram radicalmente o conhecimento do passado do mundo de língua portuguesa (expressão que conviria debater para evitar novos tipos de imperialismo), colocam-se, a meu ver, dois tipos de problemas: a) a afinação de estudos de micro-história que são raros e nada têm a ver com os estudos parcelares tradicionais do estilo “a presença dos portugueses no Malabar de 1500 a 1530”; b) o desenvolvimento de estudos comparativos, dentro e fora do âmbito do espaço linguístico português. No primeiro caso, não se verificou uma assimilação da metodologia da micro-história, que tão bons resultados tem dado na Itália e na América espanhola. No segundo caso trata-se de contribuir para a elaboração de uma história global, que deve superar as contribuições de Immanuel Wallerstein, Charles Tilly ou Michael Mann, demasiado absorvidas pela experiência ocidental, para aceder a uma visão descentrada do mundo, que permita reconstituir a história das transferências, resistências e conexões entre regiões e continentes. Só queria acrescentar uma última palavra sobre o meu trabalho atual de investigação. Neste momento estou ocupado em terminar dois volumes coletivos, organizados no âmbito da Fundação Européia para a Ciência, um sobre a correspondência, o outro sobre a tradução nas trocas culturais europeias entre 1400 e 1700. Está já concluído um outro volume coletivo, igualmente em inglês, que organizei com o Diogo Ramada Curto, sobre o império português, deverá ser publicado nos próximos meses. No que diz respeito aos meus projetos pessoais, a comparação entre os diversos imperialismos europeus está a dar lugar a uma investigação mais precisa sobre as origens sociais do racismo, numa primeira fase ocupada com o espaço atlântico. Espero poder divulgar os primeiros resultados dessa pesquisa no próximo ano.

## Nota

<sup>1</sup> BEHENCOURT, F. Le millénarisme: idéologie de l’impérialisme eurasiatique. *Annales HSS*, jan-fev. 2002, n° 1, pp. 189-194; e SUBRAHMANYAM, S. Ceci n’est pas un débat... *Idem*, pp. 195-201.